

A Conferência de Saúde

JORNAL DE BRASÍLIA

AGNELO QUEIROZ

07 SET 1996

A realização da décima Conferência Nacional de Saúde em Brasília obriga-nos a algumas reflexões, se não quisermos perder o curso da história insistindo em subestimar a força da realidade cambiante em que vivemos, sob a pressão da contra-reforma do Governo.

As Conferências da Saúde têm representado, inegavelmente, os momentos mais expressivos do movimento sanitário nacional, na sua necessidade de dar vazão aos sentimentos, percepções e proposições que fundamentam o sonho da reforma sanitária e a utopia de um Sistema Único de Saúde no Brasil. Convertê-los em texto constitucional em 1988 foi, sem dúvida, uma vitória singular imposta às correntes conservadoras que sempre dominaram o País. Viabilizá-los tem sido, no entanto, um desafio maior do que se imaginava naqueles anos de entusiasmo cívico renascido e de esperanças revigoradas.

O poder, na verdade, não mudou de mãos e o País segue navegando nas águas cada vez mais turvas do neocolonialismo, rebatizado de "economia global". As transformações sociais sonhadas não saíram das intenções, dos discursos, dos papéis. As oligarquias falaram mais alto, como sempre. E no projeto delas, em curso, não interessa um financiamento adequado e permanente para a saúde.

Oito anos se passaram desde que a saúde se tornou direito do cidadão e dever do Estado. O cidadão ainda ignora o direito e o Estado faz tudo para se livrar do seu dever, promovendo mesmo o desmonte dos sistemas de serviços públicos e abdicando de suas responsabilidades constitucionais. O Sistema Único de Saúde padece da penúria de recursos com que foi torpedeado e decepciona o usuário na sua expectativa de uma assistência ágil e eficaz. A mortalidade infantil ainda é elevada e as condições sanitárias do povo se distanciam dos padrões mínimos aceitáveis.

Chegou a hora de abordarmos a questão da saúde no Brasil sob a ótica da realidade, a fim de que os princípios sociais e os valores éticos pelos quais lutamos não fiquem apenas como referencial para animar debates e pronunciamentos nas assembleias de nossa militância sanitária. É preciso fazer acontecer uma política de educação para a saúde, desencadear ações preventivas regulares e viabilizar modelos assistenciais que motivem o profissional de saúde e garantam o grau de satisfação do usuário, entendido como principal indicador de eficácia e eficiência do sistema.

Precisamos fazer chegar ao conhecimento da população as causas reais de seus problemas de saúde, e apontar-lhe os caminhos para erradicá-las. Para isso, além de batalha pela melhoria da qualidade de vida da população, que exige a reestruturação das cidades, a reforma agrária, o combate ao desemprego e à recessão, algumas bandeiras de luta específicas devem sair das nossas conferências para o ideário do povo. Três delas são prioritárias pelo seu potencial prático altamente transformador:

1. Saneamento Básico - Nenhum país elevou as condições de saúde de seu povo sem investimentos pesados no fornecimento de água potável e instalação generalizada de rede de esgoto. São investimentos que se pagam largamente, visto que reduzem a ocorrência de um grande número de doenças responsáveis por sofrimentos do indivíduo e custos ilimitados com tratamentos médico-hospitalares.

O Brasil não tem como justificar seus baixíssimos índices de saneamento básico. Uma economia que pode dispor de 11 bilhões de dólares para socorrer banqueiros envolvidos em aventuras escusas, não pode negar os recursos necessários para esta prioridade sanitária inquestionável. Um plano quinquenal destinado a promover saneamento básico em todo o território nacional e erradicar, de uma

vez por todas, as enfermidades que aniquilam e matam nossa população, é exigência inadiável.

2. Criação de mecanismos concretos de motivação para os profissionais de saúde. Motivar profissionais numa economia de mercado é assegurar a possibilidade de melhor remuneração pelo trabalho realizado. Fora disso é laborar na abstração e cair no vazio. Deveremos, pois, ser mais flexíveis na análise de propostas e experiências que introduzam esse componente motivacional na perspectiva dos trabalhadores da saúde. É preciso acabar com o igualitarismo absoluto. Quem trabalha mais deve ganhar mais.

3. Mudança do modelo de gestão. Em matéria de gestão dos serviços de saúde, é forçoso reconhecermos que a improvisação tem sido a regra. As consequências são a insatisfação do usuário e o desperdício de recursos públicos. Sem perdermos de vista a importância do controle social, devemos buscar o caminho da qualificação de gerentes e estudar alternativas de gestão que representem avanços rumo ao melhor atendimento do usuário.

Não podemos jamais esquecer que, para a população, importa a qualidade do atendimento e não a natureza da instituição que o presta. Se ela está insatisfeita com os serviços que lhe são oferecidos através da rede de saúde do SUS, é porque há correções a fazer. Não basta a validade ética dos princípios em que se fundamenta a assistência. A sua qualidade é indispensável.

Em síntese, ou fazemos a crítica coerente do sistema que defendemos, e explicitamos para o povo os caminhos do engajamento, ou continuaremos nos encontrando nas próximas conferências, mudados na cor dos cabelos e na aparência física, mas identificados pela nostalgia do mesmo discurso.

■ Agnelo Queiroz, médico, é deputado federal pelo PC do B do Distrito Federal